

Alice Becker Lewkowicz\*

## Das rodas de conversa ao jongo: Da desmentida às mensagens cifradas

Quando com satisfação aceitei participar desta publicação, logo pensei que deveria começar esclarecendo o meu *lugar de fala* (Ribeiro, 2017), pois sabemos o quanto esse lugar delimita minhas possibilidades de abordar o assunto do racismo em relação aos negros no Brasil, na perspectiva do meu cotidiano como psicanalista.

Sou branca e vivo em Porto Alegre, no extremo sul do Brasil, onde a importância da presença dos descendentes de imigrantes alemães e italianos, na constituição histórica da população, se colocou em primeiro plano; o que conferiu um *colorido europeu* para aquela região, tornando-a mais orgulhosa de sua descendência em detrimento dos africanos e indígenas que os antecederam por estes pagos.

Assim, esse viés distorcido abrange a não consideração da participação decisiva dos negros e indígenas na economia do Rio Grande do Sul, estado eminentemente agrícola, que dependeu do trabalho escravo, tanto nas fazendas de gado quanto nas “charqueadas”.

É por isso que abordarei o tema do ponto de vista de quem não analisou afrodescendentes ao longo de 35 anos de clínica, senão através da experiência com a clínica psicanalítica ampliada que realizo há 12 anos com educadores de escolas de educação infantil localizadas em áreas de alta vulnerabilidade social da minha cidade, onde reside a maioria deles.

Participo de um grupo de 16 psicanalistas da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA) que, em parceria com a Secretaria

Municipal de Educação da Prefeitura de Porto Alegre, coordenam grupos denominados Rodas de Conversa (RC), onde se discutem as relações entre os educadores, as crianças e suas famílias no cotidiano da vida escolar.

Trabalhar nessa outra dimensão da clínica psicanalítica tem provocado um redimensionamento de nossos saberes, já que a vulnerabilidade socioeconômica dessa população tem exigido o contato emocional com o sofrimento provocado pela violência da precariedade a que essa população está exposta.

Apesar da constante preocupação em nomear ansiedades específicas, decorrentes da vida nesses espaços sociais e distantes do nosso confortável cotidiano, raramente conseguimos escutar o lamento derivado das feridas provocadas pelo *racismo brasileiro*.

Por esse motivo, desejo discutir o processo emocional através do qual as dores provocadas pelas experiências de humilhação, desvalia e desamparo das pessoas negras com quem convivemos neste trabalho não chegam a ser percebidas por nossa escuta e, embora estejamos atentos ao sofrimento a que estão condenados os educadores, crianças e famílias com quem convivem, parecemos ainda cegos e surdos para observar os desdobramentos das feridas infligidas pela discriminação racial.

Que mecanismos nos mantêm nesse estado de amortecimento?

Na clínica privada, com pacientes brancos de classe média alta, comportamo-nos como



se vivéssemos num mundo onde essa problemática fosse alheia ao nosso universo emocional. A presença do racismo, implícita na ausência de negros em meu consultório, não alcançou até este momento outro significado que o de não ter sido procurada por eles.

Por conseguinte, considero que como brasileiros talvez possamos encontrar outras respostas que nos ajudem a romper com este silenciamento das consequências do racismo profundamente arraigado na nossa vida emocional.

A começar pela formação do Brasil, que para Renato Janine Ribeiro (Vannuchi, 2017) baseia-se em dois traumas: o primeiro, vinculado à violência da exploração colonial, e o outro, decorrente da crueldade inerente à escravidão. As relações sociais escravocratas, que persistiram por 300 anos, constituíram-se em matriz de convivência no Brasil tornando-se, assim, costume.

Para Rita Segato (2005/2006):

Os que excluem e os excluídos não formamos continentes apartados sem conexão. Muito pelo contrário, fazemos parte de uma economia única que diz respeito tanto à ordem material como à ordem psíquica

da sociedade nacional. O expurgo de um outro racialmente marcado como inferior é o gesto no qual se assenta e do qual depende a identidade mesma do sujeito pós-escravista branco. Esse gesto reproduz, nas profundezas do psiquismo historicamente formado, a subjetividade da elite. [...]. [Sendo assim], nessa economia canibalística, alterar a relação desigual das partes ameaça não somente a posição, mas também a identidade mesma do sujeito de elite, ao tocar sua relação hierárquica de mais-ser em relação a outros que são-menos, geralmente marcados racialmente. (p. 78)

Kabengele Munanga (2017) afirma que:

O silêncio, o não dito, é outra característica do racismo à brasileira [...]. É neste sentido que sempre considerei o racismo brasileiro “um crime perfeito”, pois, além de matar de verdade, fisicamente, ele mata pelo silêncio a consciência tanto das vítimas, como da sociedade como um todo, dos brancos e negros [...]. Resumiria o racismo brasileiro como um racismo difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos. (pp. 40-41)

\* Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Reconhecemos nestas descrições antropológicas o pano de fundo que emoldura nossa tendência à desmentida das feridas provocadas pelas relações sociais assentadas no racismo (Veríssimo, 2017); e tentando ouvir algo desses ruídos incompreensíveis me ocorreu trazer a experiência ancestral da prática do jongo no Brasil.

Criado nos tempos da escravidão, o jongo é uma manifestação que se expressa por meio de dança de roda ao som de tambores, que evoca uma outra relação com o mundo e com a ancestralidade. Uma das características essenciais da linguagem do jongo é a utilização de símbolos que, além de manter o sentido cifrado, expressam uma relação diferenciada entre o que consideramos mundo natural e sobrenatural. Os tambores são elementos centrais do jongo e são reverenciados pelos jongueiros, pois fazem a ligação com as entidades do mundo espiritual e expressam a ligação do jongo com outras manifestações afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda.

Momentos de diversão e ao mesmo tempo de resistência, as rodas de jongo foram proibidas no período escravocrata porque os senhores temiam que os negros organizassem motins e/ou fugas através dos *pontos*, modo em que são chamados os versos cantados e que naquela época utilizavam vocabulário de origem africana. Um exemplo é: *Pisei na pedra, a pedra balanceou, levanta meu povo, cativoiro se acabou.* (Jongo da Serrinha)

Voltando às RC poderíamos pensar que nestas rodas também nos deparamos com mensagens cifradas sobre um cotidiano pleno de experiências em busca de narrativas. E é, nessa atmosfera regida por leis de silêncio inconscientes e arraigadas nos participantes das *Rodas de Conversa*, que se ouve apenas o rufar dos tambores do jongo pois seus cantos foram perdidos ao longo dos anos de políticas de manutenção de segregação racial.

Para Vannuchi (2017):

A dor em carne viva desses traumas silêncios, grita e chora. A estratégia da sobrevivência psíquica, muitas vezes, captura o pensamento no trabalho psíquico de afastar o sofrimento [...]. [O não dito], mas atuado nas ruas, nas portarias dos prédios, nos lu-

gares restritos aos brancos, pela exclusão social, pode levar ao limite da expressão de desrealização. (p. 68)

E, já que estamos trabalhando com educadores, cabe destacar a participação do espaço escolar, considerado, muitas vezes, como um dos lugares mais perversos para a criança negra, onde ela irá aprender que não tem valor através de estereótipos que circulam no pátio ou na sala de aula. Isso coloca o sujeito num não-lugar (Pompermaier, 2017).

Fica evidente que nós, psicanalistas brasileiros, teremos que reconhecer as peculiaridades do “racismo à brasileira” que estruturam nossas próprias subjetividades. São aspectos silenciados em nós mesmos em função do sofrimento que desperta *a parte que nos cabe deste latifúndio* (Cabral de Melo Neto, 1955/2010).

Para finalizar, penso que a possibilidade de dedicarmos este espaço de uma revista como *Calibán* a um tema pouco tratado pela psicanálise no Brasil evidencia um esforço de tentar transformar a desmentida silenciosa do racismo das nossas RC em verdadeiros *pontos* de uma *roda de jongo*. E criar, assim, *espaços de resistência simbólica* onde as raízes africanas do nosso convívio possam ser revitalizadas e revalorizadas.

## Referências

- Cabral de Melo, J. C. (2010). *Morte e vida Severina e outros poemas*. Rio de Janeiro: Objetiva. (Trabalho original publicado em 1955).
- Jongo da Serrinha (s. d.). *Origens*. Recuperado de: <http://jongodaserrinha.org/origens/>
- Munanga, K. (2017). As ambiguidades do racismo à brasileira: O racismo à brasileira. Em N. M. Kon, M. L. Silva e C. C. Abud (org.), *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise* (cap. 1). São Paulo: Perspectiva.
- Pompermaier, P. H. (2017). Como a vivência cotidiana do racismo pode se converter em traumas. *Revista Cult*. Recuperado de: <http://revistacult.uol.com.br/home/como-a-vivencia-cotidianado-racismo-pode-produzir-traumas>.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando.
- Segato, R. S. (2005-06). Cotas: Por que reagimos? *Revista da USP*, 68, 76-87.
- Vannuchi, M. B. (2017). A violência nossa de cada dia: O racismo à brasileira. Em N. M. Kon, M. L. Silva e C. C. Abud (org.), *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise* (cap. 3). São Paulo: Perspectiva.
- Veríssimo, T. C. (2017). Racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social. Em N. M. Kon, M. L. Silva e C. C. Abud (org.), *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise* (cap. 13). São Paulo: Perspectiva.